

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NA CIDADE DE PELOTAS-RS

Francine Morales Tavares¹
Jeferson Dutra Salaberry²

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre algumas transformações que vem sofrendo o patrimônio industrial no que diz respeito às políticas públicas de preservação, desse modo, a presente pesquisa visa analisar a preservação do patrimônio industrial na cidade de Pelotas-RS. Serão abordados aqui dois casos: um de reivindicação e outro de não reivindicação patrimonial, em um antigo frigorífico e em uma antiga fábrica de cerveja. O objetivo é discutir de que forma são aplicados os instrumentos de preservação nesse patrimônio. O método utilizado se baseou em estudo de caso. Justifico esta pesquisa por ser um tema ainda pouco explorado, além disso, por Pelotas contar com um importante legado da arquitetura industrial o qual necessita ser reconhecido como patrimônio e ser amplamente amparado pela legislação patrimonial.

Palavras-chave: Instrumentos de preservação, Patrimônio Industrial, Arquitetura Industrial.

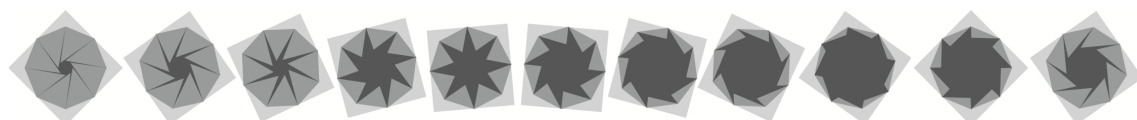
1. Introdução: Preservação do patrimônio industrial

Os estudos sobre patrimônio industrial alcançaram, no mundo contemporâneo, uma relevância e uma importância histórica e social. Análise dos vestígios materiais da Revolução Industrial – fábricas, manufaturas, habitações operárias, canais fluviais, pontes, diques, aquedutos, estradas e estações ferroviárias, viadutos, bem como toda a espécie de máquinas e ferramentas - passou a fazer parte da constituição da memória e da identidade das populações urbanas.

A preservação do patrimônio industrial teve início na Inglaterra, nos anos 1950, quando foi construída a expressão arqueologia industrial e ampliado o campo de atuação dos profissionais arqueólogos na preservação. Procurava-se encaminhar soluções para a enorme quantidade de plantas industriais destruídas durante a Segunda Guerra Mundial.

¹ Administradora, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, e-mail: francine_mtavares@yahoo.com.br

² Arquiteto e Urbanista, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, e-mail: jeferson_sallaberry@hotmail.com



O patrimônio industrial ganharia maior atenção na década de 1960, quando, correspondendo a profundas transformações tecnológicas no sistema de produção, na Europa foram destruídas importantes edificações industriais. (KÜHL, 2008)

Atualmente o tema alcançou uma dimensão internacional, são diversos os países que começam a discutir sobre a preservação das instalações industriais que deixam de ser utilizadas como tal. A ampliação do reconhecimento desta tipologia de patrimônio se dá principalmente devido à criação do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), criado em 1978, que é a instituição que coordena os esforços para a proteção e restauração do patrimônio industrial e de forma global coordena seminários e congressos de ampla difusão. (GONZÁLEZ-VARAS, 2008)

A partir da Assembléia Geral do ICOMOS, realizada durante o Congresso Mundial de Conservação do Patrimônio Monumental, no México em 1999, o TICCIH e ICOMOS vem trabalhando em conjunto, objetivando a preservação do patrimônio industrial. Da mesma forma a UNESCO criou grupos específicos, com a participação de membros do TICCIH, para a definição de critérios e elaboração de estudos para a inclusão do legado da industrialização na lista do Patrimônio Mundial. (JOKILEHTO, 1999)

Um maior impulso, com relação à preservação deste patrimônio foi à elaboração e aprovação da carta de Nizhny Tagil, durante o congresso internacional realizado em 2003, pelo TICCIH, na Rússia, que traz importantes contribuições para evidenciar a importância da herança da industrialização. A carta consubstancia os critérios e definições sobre o tema amplamente discutido e estabelecido nas últimas décadas.

O patrimônio industrial deve ser considerado como uma parte integrante do patrimônio cultural em geral. Contudo, a sua proteção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais. As áreas de resíduos industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo seu valor ecológico. (TICCIH, 2003, p.3)

As discussões sobre o tema é recente, cinco décadas, comparando a outras áreas, o estudo do patrimônio industrial é relativamente insipiente. Segundo Kühl (2008), é esperado que as pesquisas concentrem-se em apontar sua significância e nos esforços para seu estudo documentação e divulgação.

É fundamental, entretanto, que as intervenções feitas sobre esses lugares de trabalho e produção não façam desaparecer totalmente suas funções originais, perdendo

de vista o papel que cumpriram essas atividades na paisagem cultural do local onde surgiram. Logo, se faz necessário refletir sobre as formas de patrimonialização que incidem sobre esses sítios industriais.

Com relação à preservação dos monumentos da industrialização no Brasil, muitos exemplares de nosso rico passado são abandonados, a cada dia, a sua própria destruição; situação essa vivida por galpões industriais, antigas fábricas e seus maquinários, linhas de trem e antigas estações. Afinal, os vestígios da industrialização, pela sua própria inserção na trama urbana, são rapidamente destruídos na ampliação das atividades econômicas ou fabris.

O tombamento dos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Iperó, SP) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1964, é excepcional no quadro do trato desse patrimônio na trajetória da preservação em nosso país, deste pioneiro tombamento na década de 60 até os dias de hoje muito pouco foi feito com o objetivo de proteger os monumentos do processo de industrialização.

As maiores dificuldades de salvaguardar deste patrimônio, diz respeito à inexistência de instrumentos de preservação específicos para a tipologia industrial, e também com relação ao pequeno número e insipientes pesquisas que tratam desta nova temática. Hoje ainda não está consolidado o campo teórico, metodológico e prático, formado para o conhecimento sobre o patrimônio industrial. (KÜHL, 2008)

Na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, nos diversos momentos e nas diversas políticas de preservação, muito pouco ainda se fez pela conservação do patrimônio industrial, pois poucos imóveis industriais foram inventariados e também, apesar da proteção, vem sofrendo alterações e demolições sem qualquer critério, além disso, nenhum dos imóveis industriais ainda foi tombado, nem mesmo na esfera municipal.

Em Pelotas-RS, a riqueza produzida pelo charque ergueu um amplo acervo arquitetônico composto por: charqueadas, residências urbanas, edifícios públicos, institucionais, comerciais e edificações de tipologia fabril ou industrial, este último, objeto da pesquisa.

A importância de preservar exemplares da industrialização é por estas edificações serem caracterizadas por um funcionalismo, que antecede em muito as expressões do modernismo.

A arquitetura fabril, construída com maior intensidade no início do século XX, carece de discernimento ou critério de apreciação. No caso de Pelotas algumas dessas obras passam despercebidas aos olhos da população, sendo hoje, alvo de intervenções arquitetônicas que, devido à falta de documentação e pesquisa histórica e arquitetônica, resultaram em incipiente trato das questões preservacionistas.

Neste sentido, torna-se fundamental a revalorização desse patrimônio industrial, o que implica não somente a proteção de áreas urbanas centrais e a recuperação de construções degradadas, como também trazer maquinarias fora de uso a seu funcionamento e, simultaneamente, entender seu funcionamento para, por meio deste esforço, revelar a vida e o trabalho das gerações passadas. Deste modo, a presença e atuação do poder público na proteção do patrimônio cultural e as ações voltadas para a preservação do patrimônio industrial são fundamentais devido ao fato de estas edificações se constituírem em uma rica fonte de documentação histórica e também em significativas fontes de memória de uma região.

2. Estudo de caso: Frigorífico Anglo e Cervejaria Sul Rio-Grandense

O primeiro caso é o do **Frigorífico Anglo**, fundado em 1919 o qual era chamado de Frigorífico Rio-Grandense, com o final da Primeira Guerra Mundial, sofreu com a retração do mercado europeu, (PESAVENTO, 1980) vindo a ser vendido aos ingleses em 1926, passando a se chamar Anglo Frigorífico e Matadouro. (ROTTMANN, 2006)

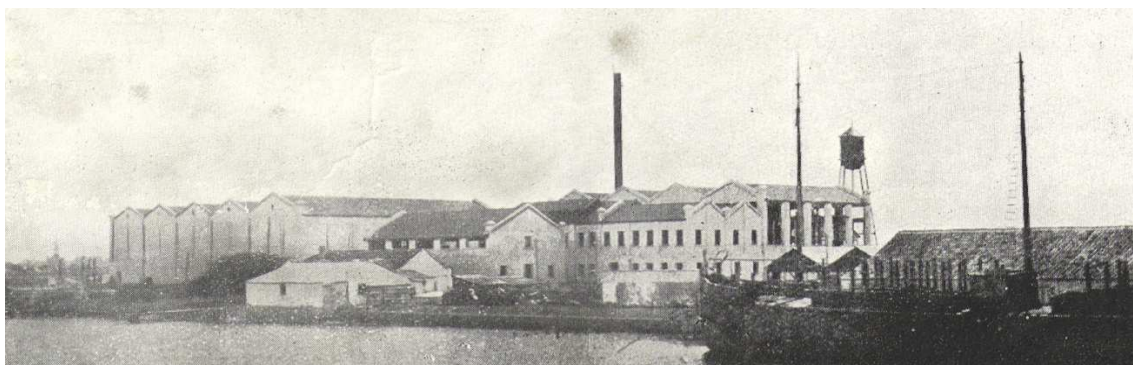


Figura 1: Frigorífico em Construção.
Fonte: CARRICONDE, 1922.

Este estabelecimento teve um grande crescimento durante a Segunda Guerra Mundial. Na década de 80, em função das diversas crises econômicas teve a paralisação das suas atividades produtivas e por uma década ficou abandonado; atualmente, pertence ao patrimônio edificado da Universidade Federal de Pelotas, um significativo

exemplo da arquitetura fabril “protomoderna”, esta edificação ilustra o desenvolvimento, o abandono e, por ultimo, a reutilização do patrimônio industrial no bairro do Porto.



Figura 2: Modernização do antigo frigorífico Anglo, hoje, Universidade Federal de Pelotas.
Fonte: SALABERRY, 2012.

Esta edificação, que antes vinha sofrendo com abandono do prédio em função do fim das atividades produtivas da empresa, hoje vem passando por grandes intervenções, objetivando a transformação do antigo frigorífico em modernas instalações de ensino.

Neste antigo frigorífico vem sendo realizadas grandes demolições, que consideram apenas o valor econômico do terreno e da área construída e deixam para segundo plano os valores culturais das edificações.



Figura 3: Frigorífico Anglo, de edifícios inteiros sobraram somente à estrutura.
Fonte: SALABERRY, 2012.

É importante destacar que as edificações que faziam parte do antigo frigorífico estavam em razoável estado de conservação. Foram demolidos revestimentos de "cimento penteado", que é um revestimento que além de ser reconhecido como de valor cultural, não necessita de manutenção alguma, substituído por pintura acrílica, que necessita de manutenção constante.

Diversas construções do antigo frigorífico foram completamente demolidas, outras edificações só não foram demolidas a estrutura em concreto armado, e algumas estão abandonadas de forma que em pouco tempo estarão em ruínas.



Figura 4: Frigorífico Anglo, grandes alterações na estrutura do edifício.

Fonte: SALABERRY, 2012.

É fundamental, entretanto, que as intervenções feitas sobre esses lugares de trabalho não façam desaparecer totalmente suas funções originais, perdendo de vista o papel que cumpriram essas atividades na paisagem cultural do local onde surgiram. Logo, se faz necessário refletir sobre as formas de intervenção que incidem sobre esses sítios industriais.

O segundo caso é o da **Cervejaria Sul Rio-Grandense**, fundada pelo Capitão Leopoldo Haertel no bairro do Porto em Pelotas. Essa durante a década de 20 ostentou um grande desenvolvimento, o qual aguçou o apetite de grandes indústrias cervejeiras, como foi o caso da Brahma, que a comprou em 1944.

Segundo MONTE DOMEQ & CIA (1919):

A Rua Benjamin Constant, n.º 56 e que faz frente a mais três ruas. Fabrica ótima cerveja produzindo 15.000 garrafas diárias, total que pode ser elevado a 25.000.

Fábrica fundada em 1889 pelo atual proprietário, sendo uma das melhores do estado. As marcas principais de cerveja são: Perú, Comercial e São Luiz, fazendo exportação para vários pontos. Também fabrica e águas gasosas para o consumo de Pelotas. (MONTE DOMEQ & CIA, 1919)

Quando a cervejaria foi comprada pela Brahma esta foi desativada. A partir desse momento nada mais foi construído nesta complexa edificação, pelo contrário, a chaminé foi demolida e paulatinamente o prédio foi sendo abandonado, vindo a ruir suas coberturas, processo esse de sub-ocupação e deterioração que perdurou de 1944 até 1994, quando o prédio foi completamente abandonado, não servindo mais como depósito da Cervejaria Brahma.

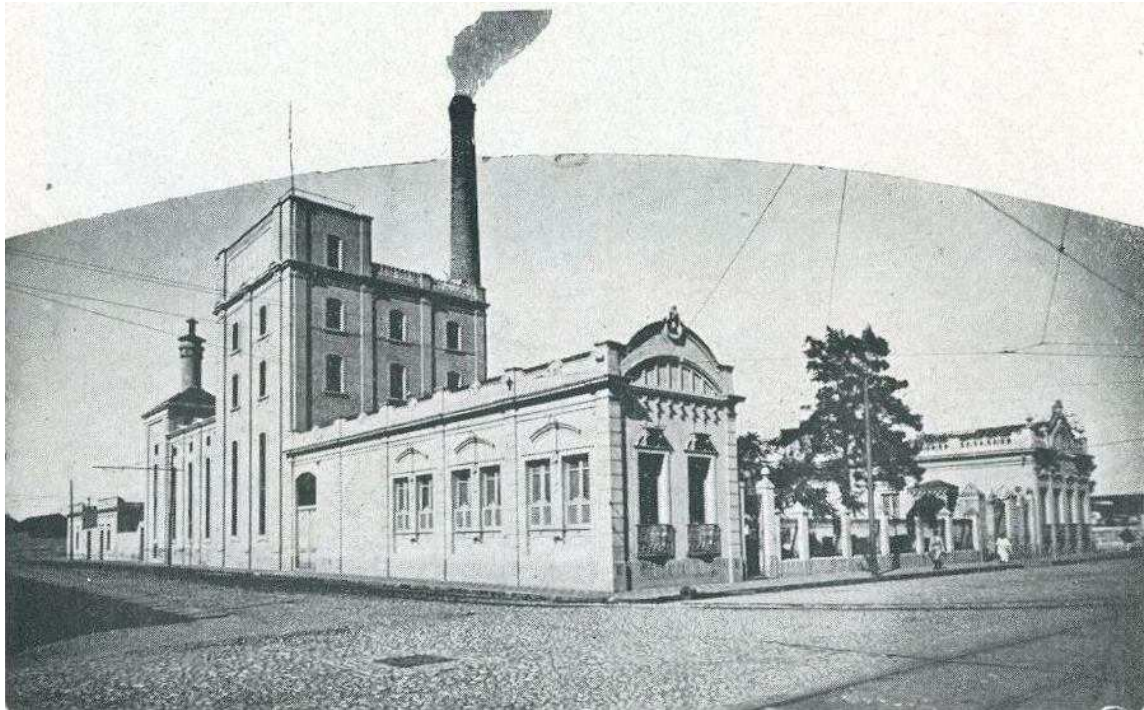


Figura 5: Cervejaria Sul Rio-Grandense.
Fonte: CARRICONDE, 1922.

Atualmente o prédio encontra-se em ruína, sendo adquirido recentemente pela Universidade Federal de Pelotas, para utilização como complexo administrativo e de laboratórios da universidade. É importante salientar que este prédio faz parte do conjunto de edificações que são protegidas através da lei do Inventariado do Patrimônio Cultural da cidade de Pelotas.

Apesar desta edificação estar amparada legalmente por um instrumento de preservação, ainda encontra-se abandonada e com grave estado de degradação, de forma que se tornou uma ruína sem que nenhuma intervenção administrativa a protegesse.



Figura 6: Cervejaria Sul Rio-Grandense.
Fonte: SALABERRY, 2003.



Figura 7: Cervejaria Sul Rio-Grandense.

Fonte: SALABERRY, 2012.

Estas indústrias (Frigorífico Anglo e Cervejaria Sul Rio-Grandense), não foram as únicas que contribuíram para o desenvolvimento do bairro do Porto, elas servem apenas para ilustrar a situação de preservação do patrimônio industrial, que se encontram abandonadas ou foram completamente descaracterizadas e até mesmo demolidas.

É importante destacar que foi a partir da implantação das indústrias, que se desenvolveu o bairro do Porto, pois o local teve de ser abastecido com redes de: água, esgoto, energia elétrica e transportes (bondes urbanos e estrada de ferro). O local que antes era denominado de Várzea foi urbanizado para que pudesse abrigar as residências dos operários das fábricas.

Neste contexto, o prédio do antigo frigorífico Anglo possui um importante valor arquitetônico, tanto pela qualidade das suas estruturas e dos materiais de construção como também pela sua linguagem arquitetônica "proto-moderna". E a edificação da antiga cervejaria, torna-se de grande interesse para a preservação por ser um conjunto o qual foi construído em diversos períodos de linguagem arquitetônica eclética, sendo assim compõem uma expressividade artística superior a outros edifícios industriais do mesmo período.

Assim justifica-se o presente trabalho, em virtude do elevado grau de degradação e descaracterização que se encontram estas antigas indústrias. Desta forma se faz necessário estudar e propor instrumentos de preservação que possam salvaguardar estas fábricas que comprovadamente são de elevado valor histórico.

3. Instrumentos de Preservação

Para proteger o patrimônio cultural, especificamente o patrimônio industrial e para preservá-los do risco que correm, seja de agentes naturais ou da ação predadora do próprio homem - é necessária a presença do Estado e do Direito, criando políticas públicas, instrumentos de preservação, normas e ações reguladoras e protetoras.

A salvaguarda do meio ambiente, natural e cultural, não pode ser global, porque, isto implicaria impedir qualquer intervenção antrópica modificativa do meio ambiente e manteria estático o processo cultural, desta forma, a preservação do meio ambiente natural e cultural é feita pela individualização de bens que, de uma ou outra forma, tornam-se imprescindíveis para a manutenção do equilíbrio ambiental, ou seja, representativos, evocativos ou identificadores da história da sociedade humana e da cultura de um modo geral. (SOUZA, 2005)

Não se trata de conservar tudo, pois se fossem preservadas intactas todas as intervenções humanas, não haveria possibilidade de evolução ou desenvolvimento social. Nem, tampouco, de demolir ou transformar tudo. É inviável e mesmo indesejável conservar tudo indiscriminadamente, e é necessário fazer escolhas conscientes, baseadas em conhecimento aprofundado, para que os bens mais significativos possam ser preservados e valorizados.

Quando a mutilação, alteração ou destruição do bem pode significar o desaparecimento da representatividade da manifestação cultural ou o desequilíbrio ambiental, se impõe a preservação. Por isso se pode dizer que os bens protegidos são únicos, e seu valor material e jurídico já não é mensurado só pela utilidade ao proprietário, mas pela evocação ou equilíbrio que garantem.

O mundo, entretanto, já tomou consciência de que é necessário colocar freios na ação devastadora e degradadora com que tem tratado a natureza e as culturas. Os bens ambientais, como gênero, e os culturais, como espécie, começam a ser protegidos pelas sociedades, de tal modo que já estão sendo impostas importantes alterações nos sistemas jurídicos. (SOUZA, 2005. P.17)

A finalidade social da preservação – antes vista como a constituição de um conjunto simbólico de representações da nação, e hoje percebida como a ação de constituir um conjunto representativo da multiplicidade de memórias presente na sociedade – fez do acesso à cultura e ao passado um direito incluído na Constituição Brasileira de 1988 como um dever do Estado.

Deste modo é de competência da união, estados e municípios a promoção da preservação do patrimônio cultural que pode ser feita segundo as ordens

administrativas, legislativa ou judicial. A proteção por ato administrativo do poder público em conjunto com a comunidade, tem a função de proteger e promover por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação. (BRASIL, 1988)

Dos instrumentos de preservação estabelecidos pela legislação, podemos verificar que o inventário e o tombamento tem apresentado melhor eficiência, sendo já utilizados na cidade de Pelotas.

O Tombamento

Dos instrumentos de preservação temos primeiramente o tombamento, o qual foi implantado a partir do Decreto Lei 25/1937. Este instrumento adotado no Brasil com o desenvolvimento da política nacionalista de Getulio Vargas foi inserido com o objetivo de concentrar poder no âmbito do governo federal. Dessa forma esta ferramenta de preservação surgiu para proteger e valorizar os bens elencados pela elite cultural da década de 20 e 30 cujos bens eram considerados representativos da "identidade nacional". (SOUZA, 2005)

O tombamento é um ato do Estado, que visa colocar sob sua guarda bens culturais, para conservá-los e preservá-los, segundo a aplicação de leis específicas, evitando sua destruição e descaracterização. (ASSUNÇÃO, 2003)

Entre os instrumentos de preservação este é o mais utilizado, pois pode ser implantado nas três esferas do poder executivo. Em nível federal, gerenciado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); em nível estadual, no caso do Rio Grande do Sul, gerenciado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAЕ); e também podendo ser implantado pelos municípios aparato de tombamento municipal.

O Inventário

O inventário é o instrumento que reúne e sistematiza as informações acerca do bem cultural como suporte às ações de preservação. (ASSUNÇÃO, 2003).

O IPHAN desenvolveu uma metodologia padronizada de inventário denominado de Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), que é um instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e

outras ocorrências do patrimônio cultural.

Uma das aplicações fundamentais do SICG é o desenvolvimento de inventários de conhecimento ou de varredura, buscando formar uma base de informações. O inventário tem por objetivo maior o conhecimento do universo de bens culturais de uma determinada região ou conhecer os bens culturais relacionados a determinado tema, um tema possível seria o patrimônio industrial.

Até o momento da redação da presente pesquisa não havia acontecido nenhum inventário pelo sistema SICG relacionado com o tema patrimônio industrial no Brasil. Os instrumentos de preservação, não são exclusivos das instituições culturais, além dos órgãos culturais, também deve ser destacada a importância de entidades públicas vinculadas diretamente a outras áreas, mas que em muito podem contribuir com a preservação do patrimônio cultural.

A educação patrimonial é um instrumento muito eficaz e provavelmente ficam vinculadas as secretarias de educação. Da mesma forma as leis orgânicas dos municípios podem contribuir, e muito, com a preservação do patrimônio histórico.

É importante salientar que a cidade de Pelotas tem uma grande importância pelo seu patrimônio cultural, sendo reconhecida em todo o Brasil pelo grande e variado conjunto de bens, tendo significativa importância no campo das políticas públicas de preservação, pois contempla bens tombados a nível federal e estadual.

4. Considerações finais

Tanto o antigo frigorífico como a antiga cervejaria, apresentam grande valor estético e arquitetônico, seja pelas suas linguagens arquitetônicas ou por sua tipologia em planta, estrutural e materiais de construção. Além do reconhecido valor histórico destas edificações, valores estes que devem ficar em primeiro plano, deixando para segundo plano o valor econômico que essas representam.

No presente trabalho identificamos os valores presentes nas edificações industriais, reconhecendo os valores culturais dessas estruturas urbanas. A partir do reconhecimento do valor destas áreas foi possível a avaliação das intervenções nas mesmas.

Apesar da inclusão da antiga cervejaria na lista dos imóveis inventariados, está não foi efetiva, para este caso deveria existir a adoção de outro instrumento que possa efetivamente preservar o bem cultural.

É importante destacar que o inventário é uma eficiente política de preservação para as edificações que compõem o centro histórico de Pelotas, pois este instrumento preserva as fachadas e o primeiro plano da volumetria do telhado, liberando o interior e as demais estruturas da edificação para que possam ser alterados. Com relação às indústrias, elas têm uma forma de implantação completamente diferente do centro histórico por isso exige diferentes critérios para serem adaptadas e reutilizadas.

Podemos concluir que nos diversos momentos e nas diversas políticas de preservação até então vigentes, muito pouco ainda se fez pela conservação real do patrimônio industrial, sendo necessário dispensar uma maior atenção aos monumentos industriais, isto é, inserir no rol dos bens protegidos pelas políticas públicas de preservação do município de Pelotas. Pois, nenhum dos imóveis ainda foi tombado, nem mesmo na esfera municipal, independentemente da elevada significância histórica e estética que apresentam.

Ambos os conjuntos industriais tem elevado valor histórico, pois foram indústrias que tiveram elevada importância econômica para a região, contribuindo para o desenvolvimento e a modernização do espaço urbano, além disso, tiveram grande importância social, gerando renda para operários e suas famílias que consequentemente contribuíram para o desenvolvimento destas indústrias. Destarte estes bens são significativos para a memória dos trabalhadores, e do povo pelotense; preservar a memória é fundamental para manter a identidade e as tradições de Pelotas.

5. Bibliografia

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio**. São Paulo: Editora Loyola, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2011.

CARRICONDE, Clodomiro. **Álbum de Pelotas**. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: s. ed., 1922.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. **Conservación de bienes culturales**. 6. ed. Madrid: Cátedra, 2008.

JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architectural Conservation**. Woburn: Butterworth-Heinemann, 1999.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

MONTE DOMEQ & CIA. **O Rio Grande do Sul**. Paris/Barcelona: Estabelecimento Gráfico Thomas, 1919.

PESAVENTO, Sandra Jathay, **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

ROTTMANN, Miguel Luciano da Silva. **A (re)valorização do espaço urbano: estudo de caso do frigorífico Anglo - Pelotas - RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

SOUZA, Carlos Frederico Marés. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2005.

TICCIH, Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial em 2003. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 4 nov. 2011.